



Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe de Gabinete  
do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

---

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

N.º:  
ENT.: 1859/2021  
PROC. N.º: A.03.03.03.7-  
1119/2021

---

ASSUNTO: Pergunta nº 1592/XIV/2ª de 12 de março de 2021

---

Em resposta à pergunta mencionada em epígrafe, formulada pelo Senhor Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA, encarrega-me o Senhor Primeiro-Ministro de, relativamente às questões colocadas, enviar a informação do Gabinete do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros:

1. A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) foi preparada, como qualquer outra, com largos meses de antecedência. A Resolução do Conselho de Ministros que criou a respetiva estrutura de missão foi publicada em março de 2019.

Com a chegada da pandemia, a preparação da PPUE foi sendo ajustada à evolução da situação sanitária, daí resultando que teve em conta dois cenários: um em que a totalidade ou maioria dos eventos constitutivos (cimeiras, conselhos, conferências, reuniões técnicas) se realizassem presencialmente; e outro, híbrido, em que parte se realizasse presencialmente e parte se realizasse por via digital. Ora, uma presidência híbrida obriga também a custos adicionais: as estruturas permanentes (instalações, equipamentos, serviços) têm de estar preparadas para os dois cenários, físico e virtual; e é também preciso redimensionar, por exemplo, as instalações, para cumprir as novas normas sanitárias. Foi precisamente o que Portugal fez em relação ao centro de imprensa, que estava originalmente previsto numa sala interior no Centro Cultural de Belém (CCB), onde cabiam, em condições normais, dezenas de jornalistas. Mas as regras de distanciamento impuseram o aumento da sua área e dos apoios disponíveis. O que levou, naturalmente, a custos acrescidos.



Não pode o Governo concordar com a ideia de que esta é uma despesa supérflua porque os jornalistas têm estado em teletrabalho. Primeiro, porque é falso que o centro de imprensa esteja deserto, como alega a publicação citada pelos Senhores Deputados, já que este está, em cerca de metade da sua área, ocupado pelo “host broadcaster” da PPUE. Em segunda análise, esta estrutura, destinada a garantir todas as condições de trabalho aos meios de comunicação social que queiram acompanhar as atividades da PPUE, tinha de estar operacional para que os jornalistas pudessem cobrir presencialmente todas as reuniões que o permitissem. De referir também que, desde 1 de janeiro, foram organizados 11 eventos com a possibilidade de os jornalistas estarem presencialmente no CCB, a sede da PPUE. Nestes eventos, participaram 345 jornalistas - 150 que se deslocaram fisicamente ao CCB e 195 que participaram por via remota. A título de exemplo, a visita do Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a 5 de janeiro, contou com a presença, no CCB, de 74 jornalistas. A visita do Colégio de Comissários, a 15 de janeiro, de 46 jornalistas.

Como daqui resulta claro, a PPUE iniciou-se em janeiro deste ano, em condições sanitárias que permitiam antever um cenário híbrido, com uma componente presencial importante. Exemplo disso são a visita do Presidente do Conselho Europeu e a reunião com o Colégio de Comissários, que foram presenciais, em janeiro, incluindo o concerto inaugural que contou com a presença de cerca de 200 pessoas. Toda a logística tinha de estar preparada, como esteve, para esse efeito.

Acresce que nada leva hoje a crer que não possam realizar-se, na segunda metade da Presidência Portuguesa, várias reuniões presenciais. Aliás, em 9 de março foi já possível realizar a Conferência de Alto Nível sobre o Futuro do Trabalho de forma híbrida, contando com vários dos oradores presentes em sala. A logística tem de estar preparada para isso com a necessária antecedência.

2. Organizar a Presidência rotativa do Conselho não é apenas assegurar uma responsabilidade de condução política. É também um momento único para promover um país, a sua cultura, a sua história, o seu património, a sua criação. Todas as presidências o fazem. A forma mais elevada de o fazer é através da promoção da sua cultura. Por isso, na PPUE, há instalações artísticas custeadas pelo Estado português que enriquecem os edifícios das instituições europeias; organizam-se espetáculos, concertos ou exposições, os quais naturalmente têm um custo que é suportado pelo orçamento da Presidência. A promoção da cultura do país que detém a presidência rotativa do Conselho, nos edifícios das instituições europeias e na cidade de Bruxelas, é, aliás, uma tradição de todas as presidências. Durante este semestre, a promoção de Portugal assume também particular relevo através da ação cultural externa desenvolvida pelas missões diplomáticas portuguesas no exterior, coordenadas pelo Instituto Camões.

Qualquer presidência da UE (como aliás qualquer evento de similar dimensão e componente político-diplomática) tem uma componente de ofertas, que devem ser sóbrias, respeitando, aliás, códigos de conduta estabelecidos ao nível europeu e nacional. Elas veiculam a imagem da Presidência e são também instrumentos de promoção da imagem do país organizador. As ofertas da PPUE cumprem todos estes requisitos. Trata-se de lápis, cadernos, blocos de notas, máscaras e porta-máscaras, gravatas ou lenços e uma pequena seleção de



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

produtos tradicionais portugueses. Tal como aconteceu durante a Presidência alemã, estes presentes têm sido remetidos aos homólogos dos membros do Governo, por ocasião das reuniões ministeriais - ainda que estas estejam a ser realizadas em formato virtual.

A mesma lógica de promoção de valores nacionais e de sobriedade presidiu aos patrocínios aceites pela PPUE, de apenas três empresas portuguesas (que patrocinaram, em espécie, cafés, bebidas, cadernos e blocos de notas), com políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade. Os patrocínios são totalmente transparentes e não há nenhuma regra jurídica, nem nacional nem europeia, que os impeça.

3. Afigura-se ainda importante esclarecer que a imagem da Presidência deve também estar refletida na decoração dos espaços e na apresentação dos colaboradores. Uma das formas consabidas de assegurar o cumprimento destas obrigações é, por exemplo, a uniformização dos seus colaboradores, através de elementos de identificação ou de peças de vestuário idênticas.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Vítor Escária

amss

